



**REDE
ESCOLA
PÚBLICA
E UNIVERSIDADE**

NOTA TÉCNICA

**PRIVATIZAÇÃO DE ESCOLAS DA REDE
ESTADUAL DE SÃO PAULO: AMPLIAÇÃO DAS
DESIGUALDADES E RISCOS AO DIREITO À
EDUCAÇÃO**

SÃO PAULO

NOVEMBRO DE 2024

FICHA TÉCNICA

PRODUÇÃO

Rede Escola Pública e Universidade – REPU (www.repu.com.br)

ELABORAÇÃO DO ESTUDO

Eduardo Donizeti Giroto (USP / REPU)

Felipe Garcia Passos (IFPA / REPU)

João Victor Pavesi de Oliveira (USP / REPU)

Márcia Aparecida Jacomini (Unifesp-Guarulhos / REPU)

REVISÃO TÉCNICA

Débora Goulart (Unifesp-Guarulhos / REPU)

Fernando Cássio (USP / REPU / Campanha Nacional pelo Direito à Educação)

Rodolfo Soares Moimaz (Secretaria Municipal de Educação de São Paulo / REPU)

ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER CITADO COMO:

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE [REPU]. **Privatização de escolas da rede estadual de São Paulo: ampliação das desigualdades e riscos ao direito à educação** [Nota Técnica]. São Paulo: REPU, 26 nov. 2024. Disponível em: www.repu.com.br/notas-tecnicas.

SUMÁRIO

Sumário executivo	4
Contextualização	5
1. As 143 unidades escolares: contexto socioespacial	7
2. As 143 unidades escolares: contexto educacional	15
Conclusões e recomendações	19
Sobre a REPU	20
Referências	21
Anexo: localização e lista das escolas indicadas ao projeto de privatização	22

SUMÁRIO EXECUTIVO

O projeto de Parceria Público-Privada (PPP) da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) para privatizar a gestão da infraestrutura de 143 unidades escolares da rede estadual na cidade de São Paulo **apresenta inconsistências entre os objetivos anunciados e a seleção das escolas que poderão ter a gestão privatizada.**

É de compreensão comum que as condições de infraestrutura e funcionamento das escolas podem contribuir de forma positiva ou negativa na realização dos processos educativos; portanto, **se o objetivo de uma dada parceria é melhorar a infraestrutura e o funcionamento das escolas, seria razoável que a proposta envolvesse justamente as escolas com as condições de infraestrutura e funcionamento mais precárias.**

Contudo, **os dados da presente Nota Técnica apontam o contrário:** a escolha de escolas com melhor infraestrutura e desempenho escolar, sugerindo que esta **seleção está mais voltada a reforçar desigualdades internas à rede de ensino** do que a apresentar uma forma de gestão de infraestrutura escolar que contribua para proporcionar a todas as crianças e jovens um ambiente educativo mais favorável ao desenvolvimento, às aprendizagens e à formação.

A seleção das unidades escolares feita pelo governo paulista desconsidera a isonomia de acesso ao direito à educação, ao direcionar recursos públicos numa direção contrária à criação das condições de igualdade de oportunidades educacionais, embora sob o argumento abstrato de que o projeto contribuiria para melhorar a gestão de infraestrutura das escolas públicas.

Ao decidir de forma centralizada quais unidades escolares deverão receber a PPP, a Seduc-SP também **desconsidera o princípio constitucional de gestão democrática da escola pública.** Isto porque ignora os Conselhos Escolares, retirando das comunidades escolares a possibilidade de analisar – considerando a realidade, as demandas e o projeto educativo de cada escola – e de decidir se desejam aderir a uma proposta de privatização da gestão de infraestrutura de suas escolas com impactos na gestão escolar como um todo e no trabalho pedagógico.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O governo do estado de São Paulo anunciou um **projeto de PPP com o intuito de privatizar a gestão da infraestrutura de um conjunto de unidades escolares da rede pública paulista.**

De acordo com a Seduc-SP, a “PPP para reforma, manutenção, conservação, gestão e operação de 143 unidades de ensino, é uma iniciativa inovadora que busca modernizar a forma de contratação da infraestrutura educacional, uma vez que a prestação dos serviços incluídos no escopo já é feita atualmente por empresas privadas”.¹ Ainda segundo a Secretaria, o principal objetivo do projeto de “retrofit” escolar é garantir ambientes mais seguros e modernos para alunos, professores e funcionários, além de permitir que educadores concentrem esforços em oferecer educação de qualidade.

O projeto segue linha semelhante à da PPP que recentemente resultou num leilão para a construção de 33 escolas estaduais e sua posterior concessão por 25 anos a empresas privadas para a oferta dos serviços da chamada “gestão não pedagógica”: segurança, alimentação escolar, zeladoria, manutenção, jardinagem, auxílio de vida escolar e outros serviços administrativos.² A parceria que é objeto desta Nota Técnica prevê que os entes privados reformem as escolas e, como contrapartida, tenham a concessão por 20 anos dos referidos serviços (Figura 1).

¹ Governo de SP realiza nova audiência pública para adequação e manutenção de escolas. **Governo de São Paulo**, 14 out. 2024. Disponível em: www.educacao.sp.gov.br/governo-de-sp-realiza-nova-audiencia-publica-para-adequacao-e-manutencao-de-escolas. Acesso em: 24 nov. 2024.

² Mais detalhes disponíveis em: www.parceriasinvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/ppp-educacao-novas-escolas. Acesso em: 24 nov. 2024.

Escopo da Concessionária (Parceiro Privado)

SERVIÇOS NÃO-PEDAGÓGICOS

<p>Higiene e Limpeza</p> <ul style="list-style-type: none"> • Limpeza e Higiene • Gestão de Resíduos 	<p>Utilidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Água e Esgoto • Energia 	<p>Segurança e Vigilância</p> <ul style="list-style-type: none"> • Portaria • Vigilância Eletrônica
<p>Manutenção e Conservação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manutenção Predial • Manutenção de Equipamentos • Jardinagem • Controle de Pragas 	<p>Tecnologia da Informação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Software de Gestão da PPP • Internet, Rede de Dados e equipamentos de TI • Suporte Técnico 	<p>Serviços Administrativos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Serviços Gerais • Materiais de Expediente
<p>Alimentação Escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preparo de Refeições 	<p>Apoio Escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio fora da sala de aula nas atividades diárias a alunos com necessidades especiais 	<p>Kit Escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Kit de Materiais de papelaria

13

Figura 1 – Escopo da concessão no esquema de PPP proposto pelo governo paulista

Fonte: www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/10/240924_Apresentacao-Audiencia_Publica.pdf. Acesso em: 24 nov. 2024.

Como a Seduc-SP indica, **as 143 escolas elegíveis para a proposta de privatização fazem parte das Diretorias de Ensino Centro-Oeste e Leste 5 da cidade de São Paulo**. Nos documentos sobre o processo de privatização, encontra-se a lista das escolas, sem qualquer indicação sobre os critérios de escolha das unidades escolares. Diante desse quadro e do conjunto de implicações da referida proposta para a efetivação do direito à educação na rede estadual paulista, a presente Nota Técnica, elaborada por docentes-pesquisadores da Rede Escola Pública Universidade (REPU) tem como principais objetivos:

1. caracterizar as unidades escolares elegíveis para o projeto, comparando seus contextos socioespaciais e educacionais com os das demais unidades da rede de ensino localizadas no município de São Paulo;
2. problematizar as intencionalidades não explicitadas da proposta, bem como seus possíveis efeitos de ampliação de desigualdades escolares na rede estadual paulista.

Na primeira seção da Nota Técnica, analisamos o contexto socioespacial das 143 escolas elegíveis à privatização. Em seguida, apresentamos o contexto educacional dessas unidades, discutindo aspectos relacionados à composição das matrículas, à infraestrutura e a indicadores de desempenho escolar, comparando as escolas elegíveis à PPP com o restante da rede estadual de ensino na cidade de São Paulo. Por fim, a partir dos dados apresentados, alertamos para os potenciais riscos do projeto privatizante do governo paulista à fruição do direito à educação.

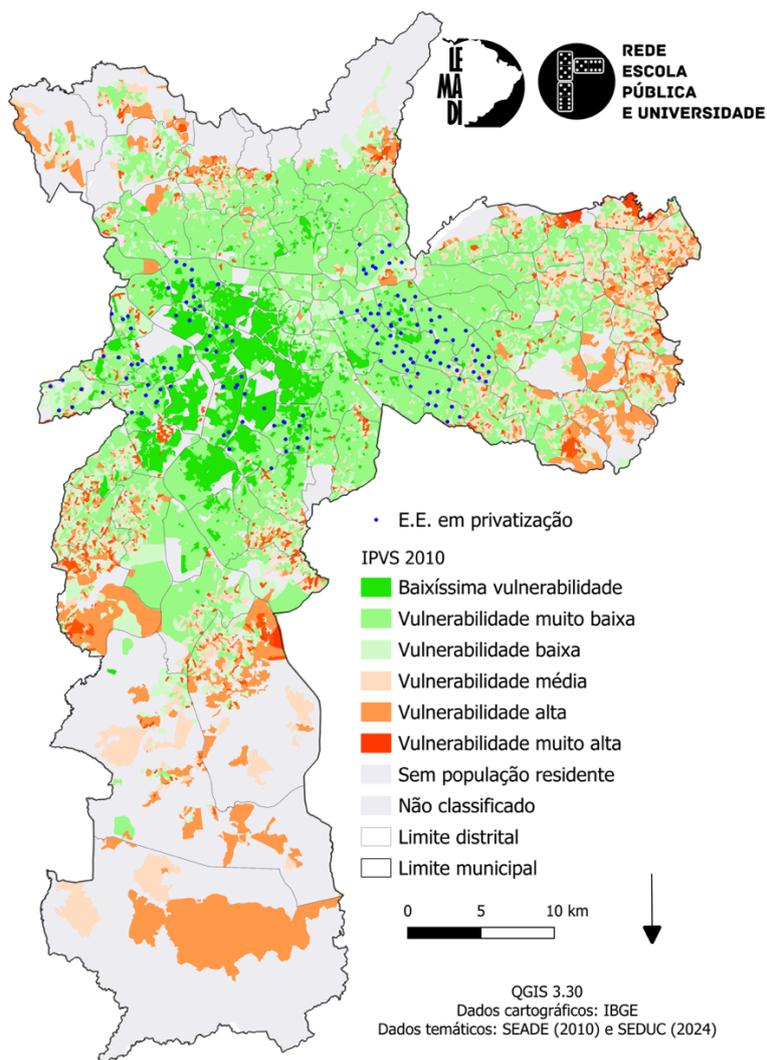
1. AS 143 UNIDADES ESCOLARES: CONTEXTO SOCIOESPACIAL

A não explicitação dos critérios de escolha de unidades escolares elegíveis a alterações de funcionamento e a processos de privatização é prática comum na Seduc-SP. Assim foi, por exemplo, com a implementação do Programa Ensino Integral (PEI), a partir de 2012, com o projeto de reorganização escolar em 2015 e, mais recentemente, com o projeto de militarização das escolas estaduais (atualmente suspenso pela Justiça).

Em todos esses casos, a **não explicitação dos critérios de escolha das unidades escolares** participantes dos projetos foi uma **estratégia do governo paulista** para, ao selecionar unidades escolares com condições mais privilegiadas do que as demais (tanto em termos de indicadores educacionais quanto socioespaciais), assegurar o atingimento dos resultados da política pública. O objetivo dos governos em fabricar esse tipo de **efeito-demonstração na política educacional** é colher dividendos eleitorais no curto e no médio prazos.

Assim, diante de mais um projeto da Seduc-SP que não explicita os critérios de escolha das unidades escolares participantes, partimos do pressuposto de que a mesma lógica – a escolha de unidades com melhores condições em relação a outras unidades da rede – está sendo aplicada. Para testar a referida hipótese, elaboramos um conjunto de mapas a fim de compreender o contexto socioespacial das unidades escolares elegíveis à privatização na rede estadual paulista.

O Mapa 1 apresenta a localização das 142 unidades escolares em relação ao Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), criado pela Fundação Seade. O mapa identifica que a totalidade das escolas elegíveis se localiza nas áreas de menor vulnerabilidade social no município de São Paulo, sendo que a maior parte das unidades escolares pertencentes à Diretoria de Ensino Centro-Oeste estão em áreas de baixíssima e muito baixa vulnerabilidade social.

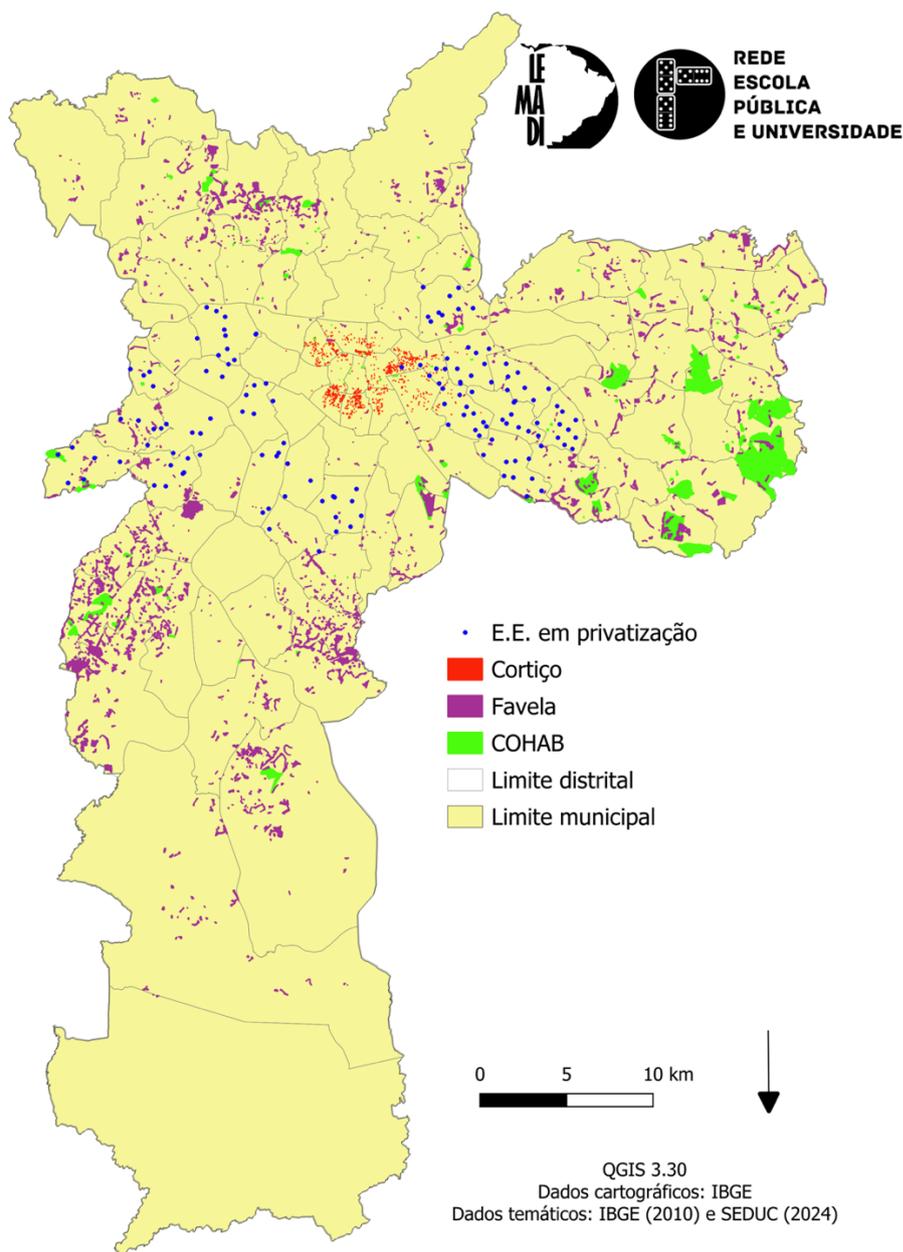


Mapa 1 – Localização das 142 unidades elegíveis à PPP em relação ao Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS, 2010), município de São Paulo

Elaboração: Lemadi/DG/USP / REPU, com base na lista das escolas apresentada no Anexo a esta Nota Técnica (Mapa 8).

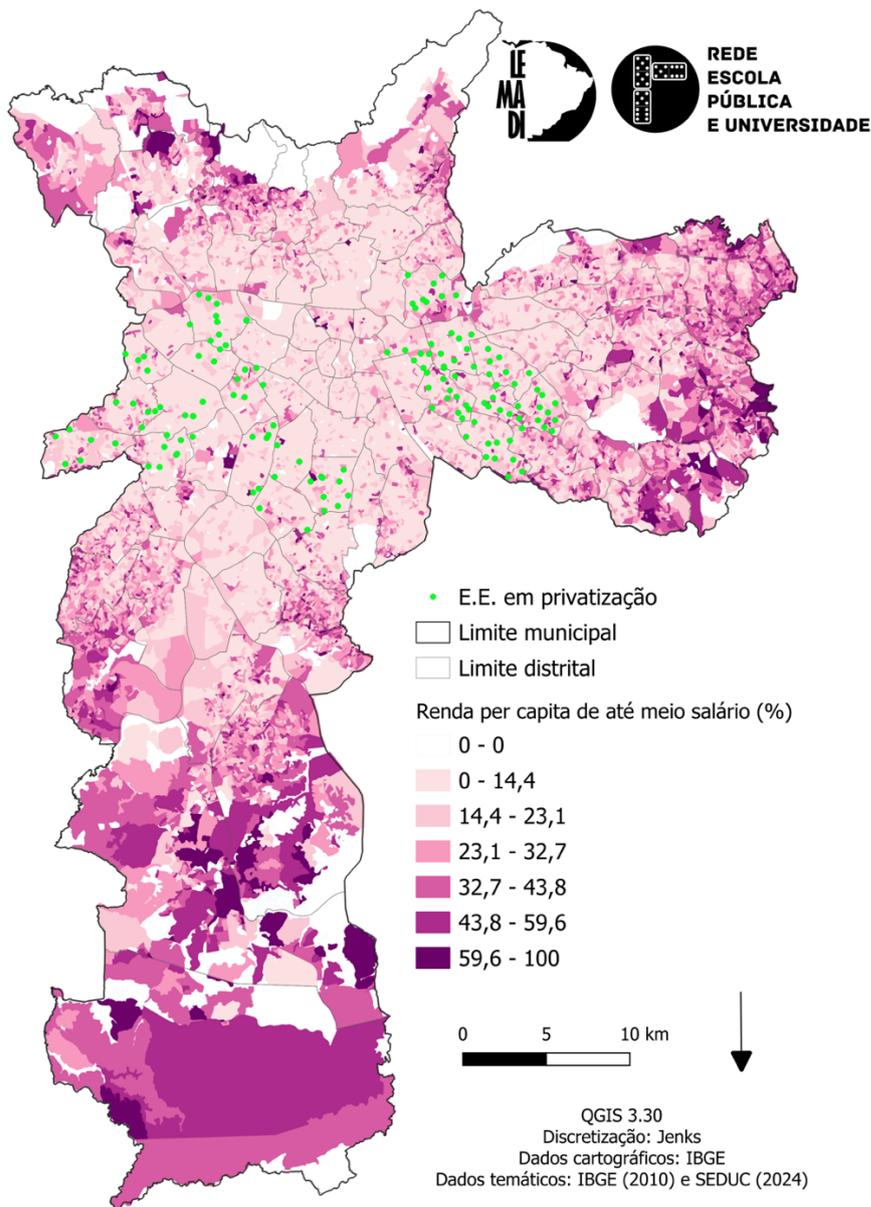
Quando analisamos a distribuição das unidades elegíveis considerando a localização de favelas, cortiços e conjuntos habitacionais no município de São Paulo (Mapa 2), é possível perceber que a quase totalidade das escolas encontra-se distante dessas áreas. A grande distância entre as unidades escolares elegíveis à PPP e as áreas mais vulneráveis e empobrecidas da cidade de São Paulo também pode ser percebida no Mapa 3, que indica a distribuição das escolas elegíveis em relação à localização dos domicílios de pessoas com renda *per capita* de até meio salário-mínimo.

A escolha das unidades pela Seduc-SP, como vemos, evita as áreas de moradia da população mais pobre do município, concentrando-se nas áreas em que predominam pessoas com renda *per capita* superior a três salários-mínimos (Mapa 4).



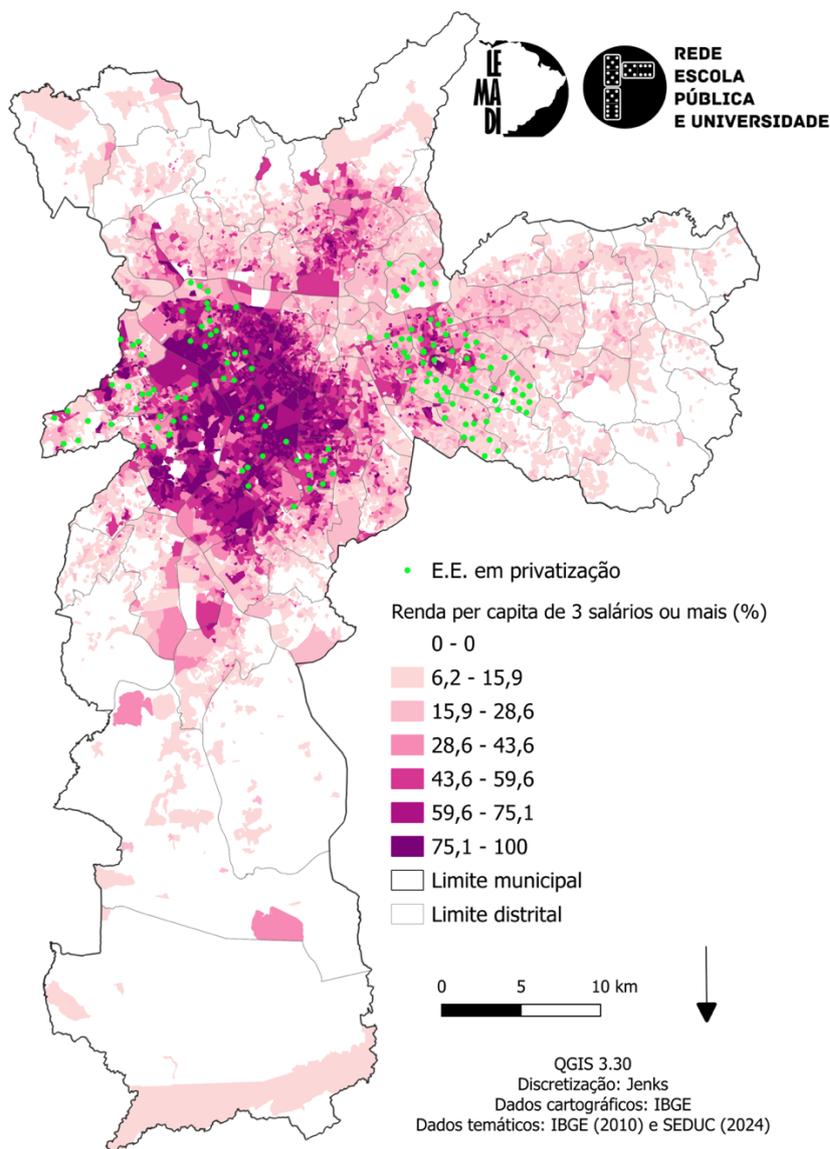
Mapa 2 – Localização das 142 unidades elegíveis à PPP em relação a áreas de cortiço, favela e Cohab, município de São Paulo

Elaboração: Lemadi/DG/USP / REPU, com base na lista das escolas apresentada no Anexo a esta Nota Técnica (Mapa 8).



Mapa 3 – Localização das 142 unidades elegíveis à PPP em relação a áreas de população com renda *per capita* de até meio salário-mínimo, município de São Paulo

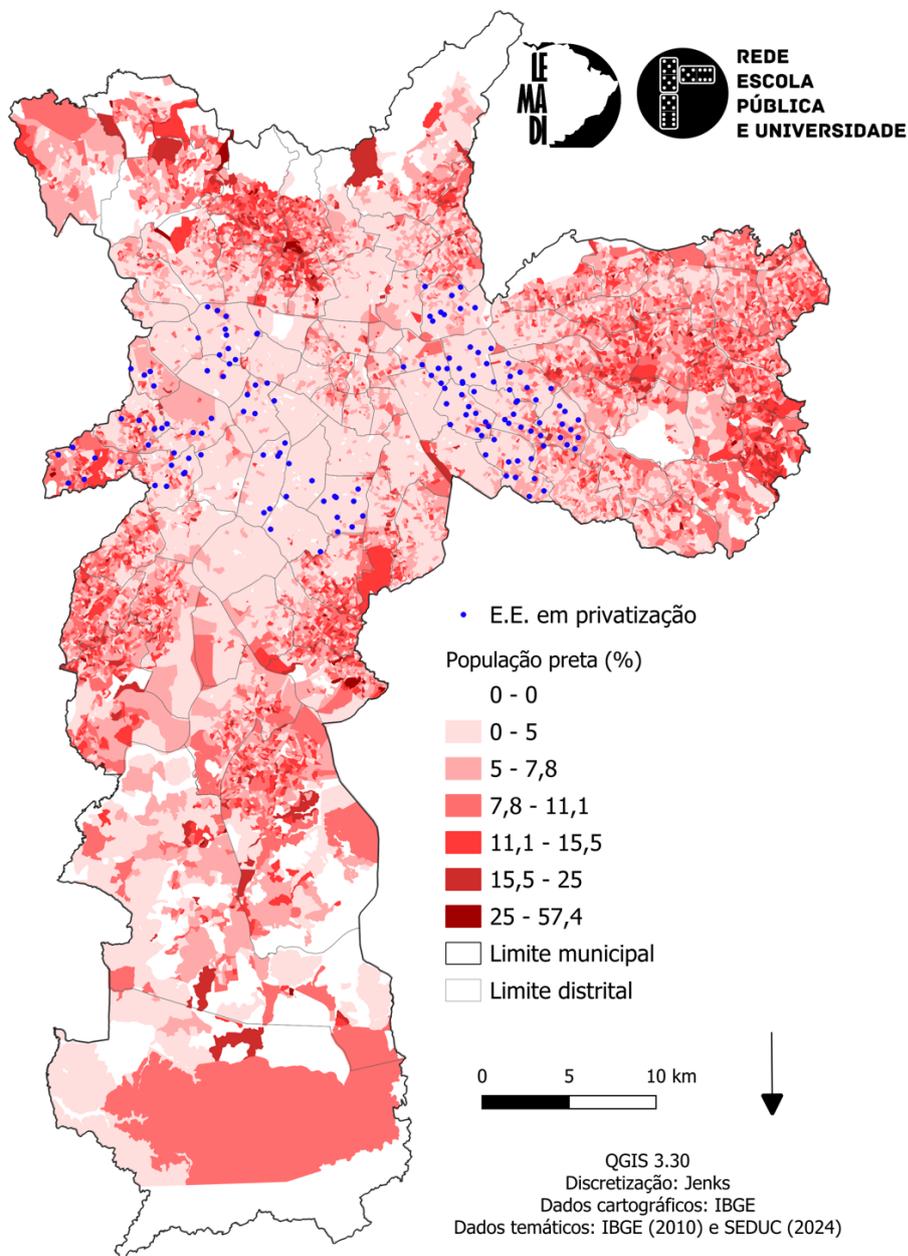
Elaboração: Lemadi/DG/USP / REPU, com base na lista das escolas apresentada no Anexo a esta Nota Técnica (Mapa 8).



Mapa 4 – Localização das 142 unidades elegíveis à PPP em relação a áreas de população com renda *per capita* de três salários-mínimos ou mais, município de São Paulo

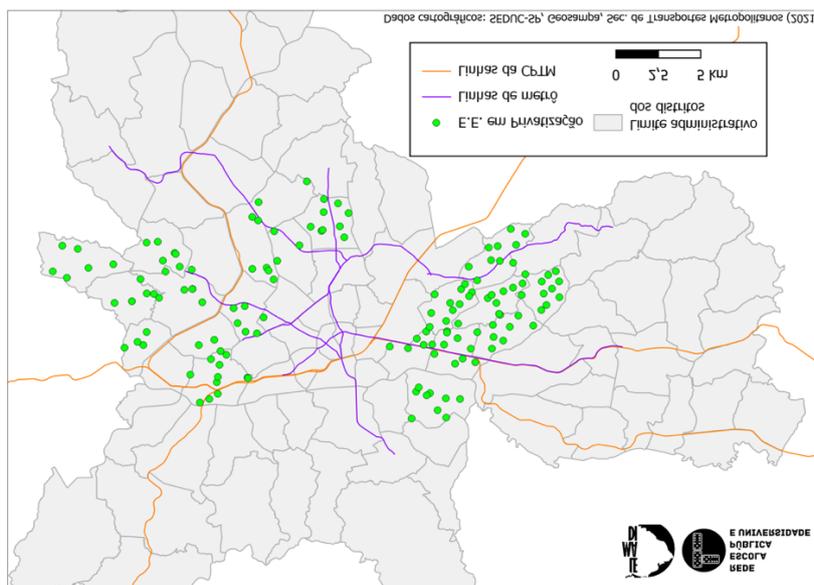
Elaboração: Lemadi/DG/USP / REPU, com base na lista das escolas apresentada no Anexo a esta Nota Técnica (Mapa 8).

Levando-se em conta o recorte étnico-racial, também é possível verificar que as escolas elegíveis à privatização estão distantes dos distritos com maior concentração de população preta no município de São Paulo (Mapa 5). Além disso, as unidades escolares elegíveis estão localizadas em áreas da cidade de São Paulo com maior concentração de bens e serviços públicos e privados. Os Mapas 6 e 7 apresentam, respectivamente, a distribuição de linhas de transporte sobre trilhos e de museus no município de São Paulo com relação à localização das escolas elegíveis para a PPP.



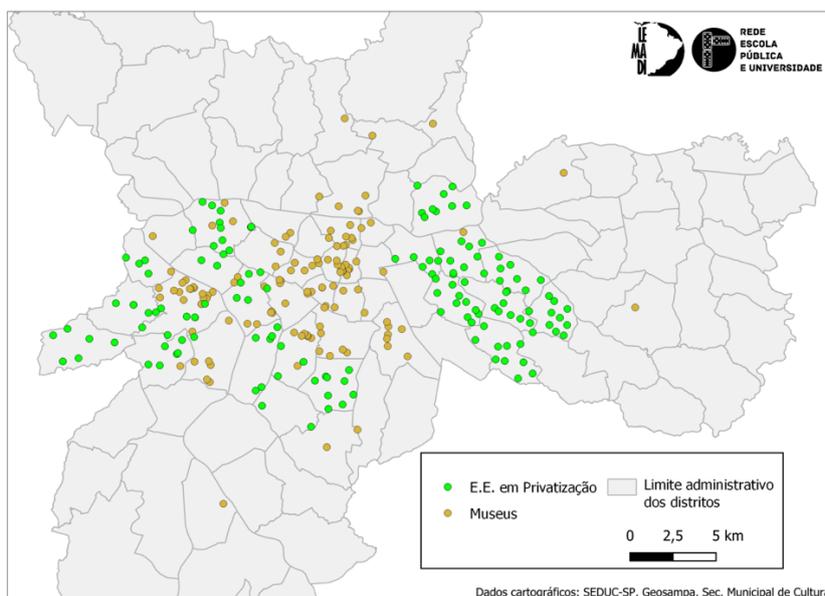
Mapa 5 – Localização das 142 unidades elegíveis à PPP em relação à proporção de população preta (%) por região, município de São Paulo

Elaboração: Lemadi/DG/USP / REPU, com base na lista das escolas apresentada no Anexo a esta Nota Técnica (Mapa 8).



Mapa 6 – Localização das 142 unidades elegíveis à PPP em relação às linhas de transporte sobre trilhos, município de São Paulo

Elaboração: Lemadi/DG/USP / REPU, com base em dados da Secretaria de Transportes Metropolitanos (2021) e na lista das escolas apresentada no Anexo a esta Nota Técnica (Mapa 8).



Mapa 7 – Localização das 142 unidades elegíveis à PPP em relação à localização de museus, município de São Paulo

Elaboração: Lemadi/DG/USP / REPU, com base em dados da Secretaria Municipal de Cultura e na lista das escolas apresentada no Anexo a esta Nota Técnica (Mapa 8).

O conjunto de mapas apresentado até aqui aponta que as **unidades escolares elegíveis ao projeto de privatização do governo de São Paulo** estão localizadas em áreas menos vulneráveis da cidade de São Paulo. Considerando a maneira como se operacionaliza o processo de matrícula nas escolas da rede estadual – por meio de geoprocessamento, a partir do qual os/as estudantes são alocados em unidades escolares mais próximas do seu local de moradia –, depreende-se que o projeto de privatização da gestão da infraestrutura escolar da Seduc-SP focaliza unidades da rede de ensino frequentadas por estudantes menos vulneráveis.

Trata-se de um contrassenso, ante o argumento governamental de que o foco da PPP seria ampliar a qualidade da educação na rede estadual paulista. Para a ampliação da igualdade de condições num horizonte de equidade, as **ações de melhoria deveriam incidir sobre escolas em contextos mais vulneráveis, e não via reforço intencional das desigualdades dentro da rede de ensino**, promovendo um “retrofit” escolar em regiões da cidade que já possuem unidades de ensino em melhores condições.

2. AS 143 UNIDADES ESCOLARES: CONTEXTO EDUCACIONAL

Como segunda hipótese de trabalho nesta Nota Técnica, partimos do pressuposto de que as unidades escolares selecionadas para o processo de privatização também possuem condições melhores em termos de indicadores educacionais se comparadas às demais unidades da rede de ensino localizadas no mesmo município. Para testar essa hipótese, elaboramos um conjunto de gráficos e tabelas a partir dos microdados do Censo Escolar 2023, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Os dados das Figuras 2 e 3 e da Tabela 1, por exemplo, indicam que **as 143 unidades escolares escolhidas pelo governo de São Paulo para a PPP possuem menos matrículas e turmas (tanto no período diurno quanto noturno), além de oferecerem um número menor de etapas da educação básica em comparação às demais escolas da rede estadual localizadas na cidade de São Paulo.** Na média, as 143 escolas elegíveis à PPP possuem 622,6 matrículas e 19,8 turmas *versus* 871,8 matrículas e 28,2 turmas nas outras 965 escolas da rede estadual localizadas no município.

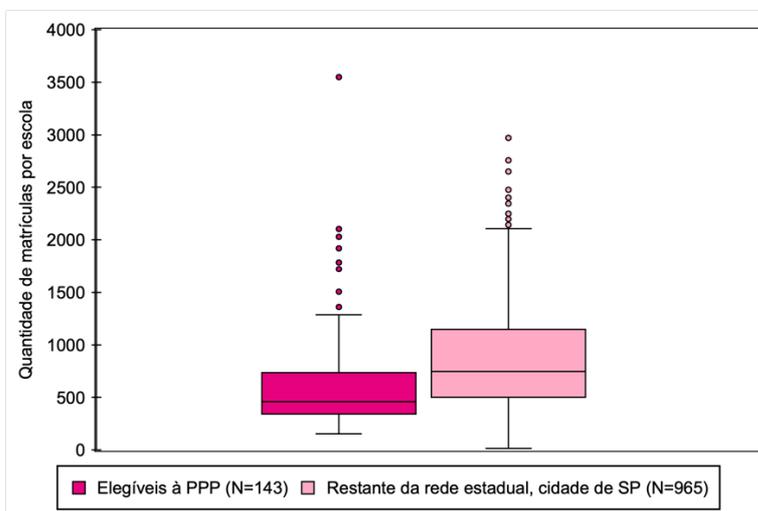


Figura 2 – Matrículas por escola (2023), 143 escolas elegíveis para a PPP *versus* outras escolas da rede estadual (município de São Paulo)

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Inep (2023).

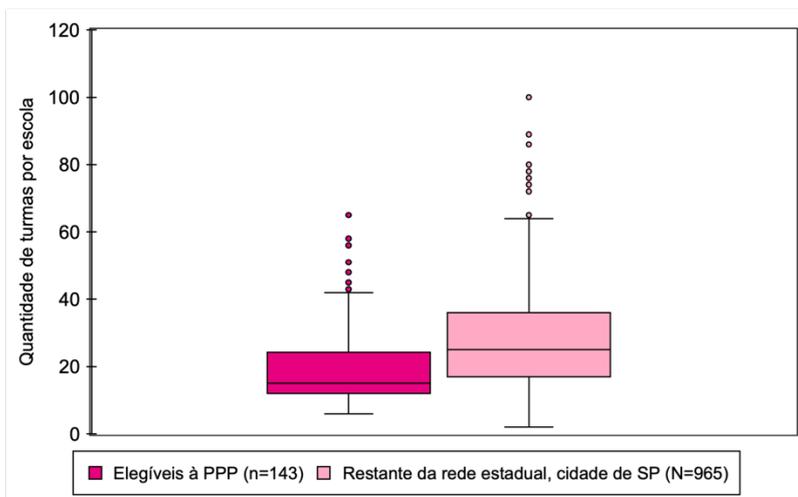


Figura 3 – Turmas por escola (2023), 143 escolas elegíveis para a PPP *versus* outras escolas da rede estadual (município de São Paulo)

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Inep (2023).

Tabela 1 – Etapas de ensino e matrículas no período noturno ofertadas por escola (%), 143 escolas elegíveis para a PPP *versus* outras escolas da rede estadual (município de São Paulo)

OFERECE:	ESCOLAS ELEGÍVEIS À PPP (N=143)	OUTRAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL, CIDADE DE SP (N=965)
UMA ETAPA DE ENSINO	55,2%	44,0%
MAIS DE UMA ETAPA DE ENSINO	44,8%	56,0%
MATRÍCULA NO PERÍODO NOTURNO	7,0%	12,0%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Inep (2023).

Diante da finalidade expressa pelo projeto de privatização do governo de São Paulo, chama atenção a **diferença entre as condições de infraestrutura das 143 unidades-foco do projeto e das outras 965 escolas da rede estadual localizadas na cidade de São Paulo**. As unidades elegíveis para a PPP estão em melhores condições a partir de todos os indicadores de infraestrutura analisados (Figura 4).

Além disso, a Tabela 2 indica um **percentual maior de escolas participantes do Programa Ensino Integral (PEI) no conjunto das 143 escolas selecionadas pela Seduc-SP com relação às**

demais escolas da rede estadual localizadas na cidade de São Paulo. Trata-se de informação relevante, à luz das diversas pesquisas já publicadas (Giroto e Cássio, 2018; Giroto e Jacomini, 2019; Oliveira, 2020) e de dois relatórios produzidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP, 2016; 2023) que demonstraram que as **unidades escolares do PEI possuem condições de infraestrutura melhores do que as encontradas nas demais escolas da rede.**

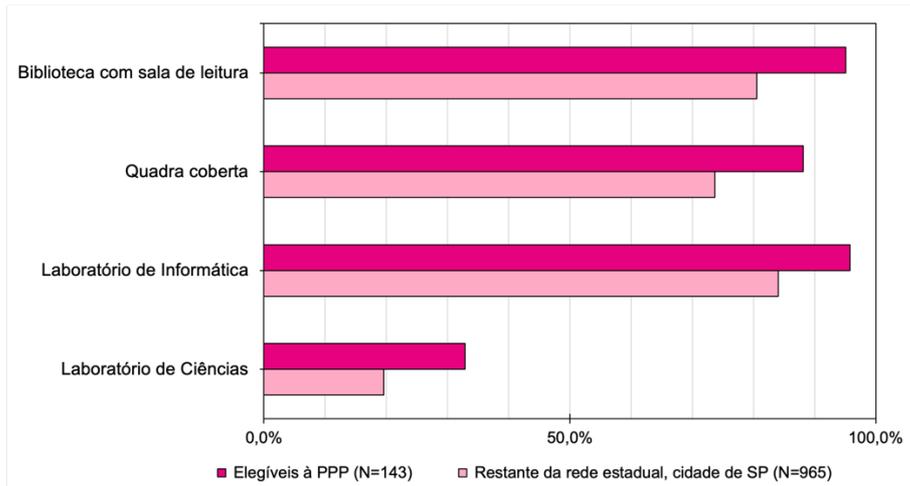


Figura 4 – Indicadores de infraestrutura por escola (%) (2023), 143 escolas elegíveis para a PPP *versus* outras escolas da rede estadual (município de São Paulo)

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Inep (2023).

Tabela 2 – Unidades escolares participantes do Programa Ensino Integral (PEI), 143 escolas elegíveis para a PPP *versus* outras escolas da rede estadual (município de São Paulo)

PEI	ESCOLAS ELEGÍVEIS À PPP (N=143)	OUTRAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL, CIDADE DE SP (N=965)
SIM	49,0%	26,1%
NÃO	51,0%	73,9%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Inep (2023).

Por fim, com relação aos indicadores de desempenho escolar, **as 143 unidades selecionadas pelo governo de São Paulo para o projeto de privatização apresentam números superiores no Índice**

de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp) para todas as etapas da educação básica em comparação com as outras escolas da rede estadual localizadas na cidade de São Paulo (Figura 5).

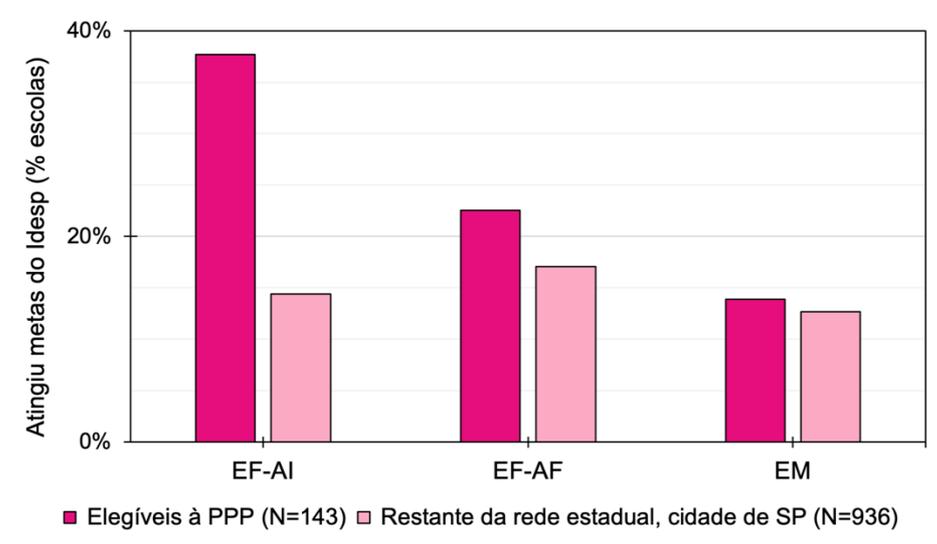


Figura 5 – Percentual de escolas que atingiram a meta no Idesp (2022), 143 escolas elegíveis para a PPP *versus* outras escolas da rede estadual (município de São Paulo)

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Seduc-SP (2021).

Esse segundo conjunto de dados indica que, também em termos dos indicadores educacionais, as 143 unidades escolares indicadas no projeto de privatização da Seduc-SP possuem condições melhores do que as demais unidades da rede. São escolas que, segundo critérios estabelecidos pelo Inep, possuem menor complexidade de gestão, com menos etapas, turmas e matrículas; e, portanto, já possuem condições mais favoráveis para proporcionar um melhor desempenho educacional.

Diante desse quadro, conclui-se que a **seleção dessas 143 unidades escolares por parte do governo de São Paulo** foi regida tanto pela localização mais privilegiada quanto pelo destaque das referidas escolas do ponto de vista dos indicadores educacionais, e **reitera um padrão de execução da política educacional na rede de ensino paulista que contribui para o reforço de desigualdades escolares e socioespaciais.**

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O conjunto de dados apresentados nesta Nota Técnica evidencia uma **escolha intencional de 143 unidades escolares com melhores condições de funcionamento e de atendimento a estudantes em condições de menor vulnerabilidade para um projeto de reforma de instalações acompanhado de privatização da gestão**. Tal evidência se assenta no fato de que as escolas indicadas no projeto governamental estão localizadas nos contextos espaciais menos vulneráveis da cidade de São Paulo, além de possuírem melhores condições de infraestrutura e resultados educacionais. **Os dados sugerem que a administração pública intenciona controlar previamente os resultados da política de privatização, com vistas a “fabricar” sua eficiência, ao mesmo tempo em que reforça desigualdades escolares e socioespaciais na rede de ensino.**

As escolas selecionadas para a PPP tendem a estar localizadas em regiões cuja população atinge renda *per capita* de três salários-mínimos ou mais, além de registrarem significativa proximidade de museus e de linhas de transporte sobre trilhos. Ao mesmo tempo, tratam-se de localidades com menor presença de população negra e distantes de favelas, cortiços e conjuntos habitacionais.

Nesse sentido, é forçoso destacar o caráter racial de reprodução das desigualdades do projeto do governo de São Paulo. **Ao mesmo tempo em que a Seduc-SP fabrica o sucesso da política selecionando escolas de bairros mais ricos para o projeto de “retrofit” escolar, ela delineia qual seria o perfil do “fracasso”:** as escolas estaduais sob a gestão pública, em regiões de maior vulnerabilidade social e frequentadas por estudantes negros/as.

Diante deste quadro, a referida política fere o princípio da isonomia de acesso ao direito à educação, ao alocar recursos públicos num sentido contrário ao da criação de condições de igualdade de oportunidades educacionais. **Ao mesmo tempo, a forma como o processo vem sendo conduzido pelo governo paulista – sem a participação da comunidade escolar – fere o princípio constitucional da gestão democrática escolar, uma vez que desconsidera os Conselhos de Escola como órgãos decisórios fundamentais na avaliação da participação ou não das unidades escolares no projeto.**

SOBRE A REPU

A **Rede Escola Pública e Universidade (REPU)** envolve professores/as e pesquisadores/as de universidades públicas (UFABC, UFSCar, Unicamp, Unifesp e USP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e professores/as da rede estadual de São Paulo. Desde 2016, a REPU vem realizando estudos e pesquisas com o objetivo de intervir no debate público e colaborar para a garantia do direito a uma educação de qualidade e socialmente referenciada na rede estadual de ensino de São Paulo. A REPU integra o Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação desde 2020, e acredita que a produção de conhecimento sobre educação deve estar em permanente diálogo com o cotidiano das escolas públicas e a serviço do monitoramento e do controle social das políticas educacionais. Acesse: www.repu.com.br.

REFERÊNCIAS

- GIROTTI, E. D.; CÁSSIO, F. A desigualdade é a meta: Implicações socioespaciais do Programa Ensino Integral na cidade de São Paulo. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 109, 2018. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3499>
- GIROTTI, E. D.; JACOMINI, M. A. Entre o discurso da excelência e a lógica do controle: os riscos do Programa Ensino Integral na rede estadual de São Paulo. **Revista de Ciências da Educação**, Americana/SP, ano XXI, n. 45, p. 87-113, 2019. <https://revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/75/59>
- OLIVEIRA, J. V. P. **Geografia, escola e política educacional: um estudo do Programa Ensino Integral (PEI) (2011-2019) na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020. www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25022021-120246/pt-br.php
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO [TCE-SP]. **Relatório de fiscalização de natureza operacional sobre os modelos de educação em período integral existentes na rede pública estadual de ensino**. São Paulo: TCE-SP, 2016. Disponível em: www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/portal/educacao_tempo_integral.pdf. Acesso em: 24 nov. 2024.
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO [TCE-SP]. **Relatório da IV fiscalização ordenada 2023: escola em tempo integral**. São Paulo: TCE-SP, 2023. Disponível em: www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/noticias/IVFO2023-RelatorioConsolidado.pdf. Acesso em: 24 nov. 2024.

ANEXO: LOCALIZAÇÃO E LISTA DAS ESCOLAS INDICADAS AO PROJETO DE PRIVATIZAÇÃO³

DIRETORIA DE ENSINO CENTRO-OESTE

EE Alberto Torres
EE Alcides da Costa Vidigal
EE Alexandre Von Humboldt
EE Alfredo Bresser
EE Alfredo Paulino
EE Almirante Barroso
EE Anhanguera
EE Aristides de Castro
EE Brasília Machado
EE Carlos Maximiliano Pereira dos Santos
EE César Martinez
EE Deputado Augusto do Amaral
EE Dona Ana Rosa de Araújo
EE Doutor Edmundo de Carvalho
EE Doutor José Américo de Almeida
EE Doutor Kyrillos
EE Doutor Reinaldo Ribeiro da Silva
EE Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque e Melo
EE Érico de Abreu Sodré
EE Fernão Dias Paes
EE Godofredo Furtado
EE Guilherme Kuhlmann
EE Henrique Dumont Villares
EE João XXIII
EE Keizo Ishihara
EE Keizo Ishihara (Extensão/Ampliação)
EE Ludovina Credidio Peixoto
EE Luís Elias Attiê
EE Mário de Andrade
EE Martim Francisco
EE Ministro Costa Manso
EE Odair Martiniano da Silva Mandela
EE Oswaldo Aranha
EE Pereira Barreto

³ Disponível em: www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/adequacao-e-manutencao-de-escolas. Acesso em: 20 nov. 2024.

EE Professor Adolfo Tripoli
EE Professor Alberto Levy
EE Professor Almeida Júnior
EE Professor Andronico de Mello
EE Professor Antônio Alves Cruz
EE Professor Architiclino Santos
EE Professor Ceciliano José Ennes
EE Professor Daniel Paulo Verano Pontes
EE Professor Emygdio de Barros
EE Professor Ennio Voss
EE Professor José Monteiro Boanova
EE Professor Lourenço Filho
EE Professor Lourival Gomes Machado
EE Professor Manuel Ciridião Buarque
EE Professor Napoleão de Carvalho Freire
EE Professor Oswaldo Walder
EE Professor Paulo Rossi
EE Professor Pedro Fonseca
EE Professor Victor Oliva
EE Professora Clorinda Danti
EE Professora Flávia Vizibeli Pirro
EE Professora Guiomar Rocha Rinaldi
EE Professora Helena Lemmi
EE Professora Jacyra Moya Martins Carvalho
EE Professora Lygia de Azevedo Souza e Sá
EE Professora Maria Eugênia Martins
EE Professora Maria Ribeiro Guimarães Bueno
EE Professora Marina Cerqueira César
EE Raul Cortez
EE Romeu de Moraes
EE Rui Bloem
EE Samuel Klabin
EE Senador Adolfo Gordo
EE Sólon Borges dos Reis
EE Thomazia Montoro
EE Virgília Rodrigues Alves de Carvalho Pinto

DIRETORIA DE ENSINO CENTRO OESTE (ESCOLAS NÃO INCLUIDAS)

EE Bibliotecária Maria Luísa Monteiro da Cunha
EE Professor Adolfo de Arruda Castanho
EE Professor Luiz Cintra do Prado

EE Professor Reynaldo Porchat
EE Professora Adalgiza Segurado da Silveira

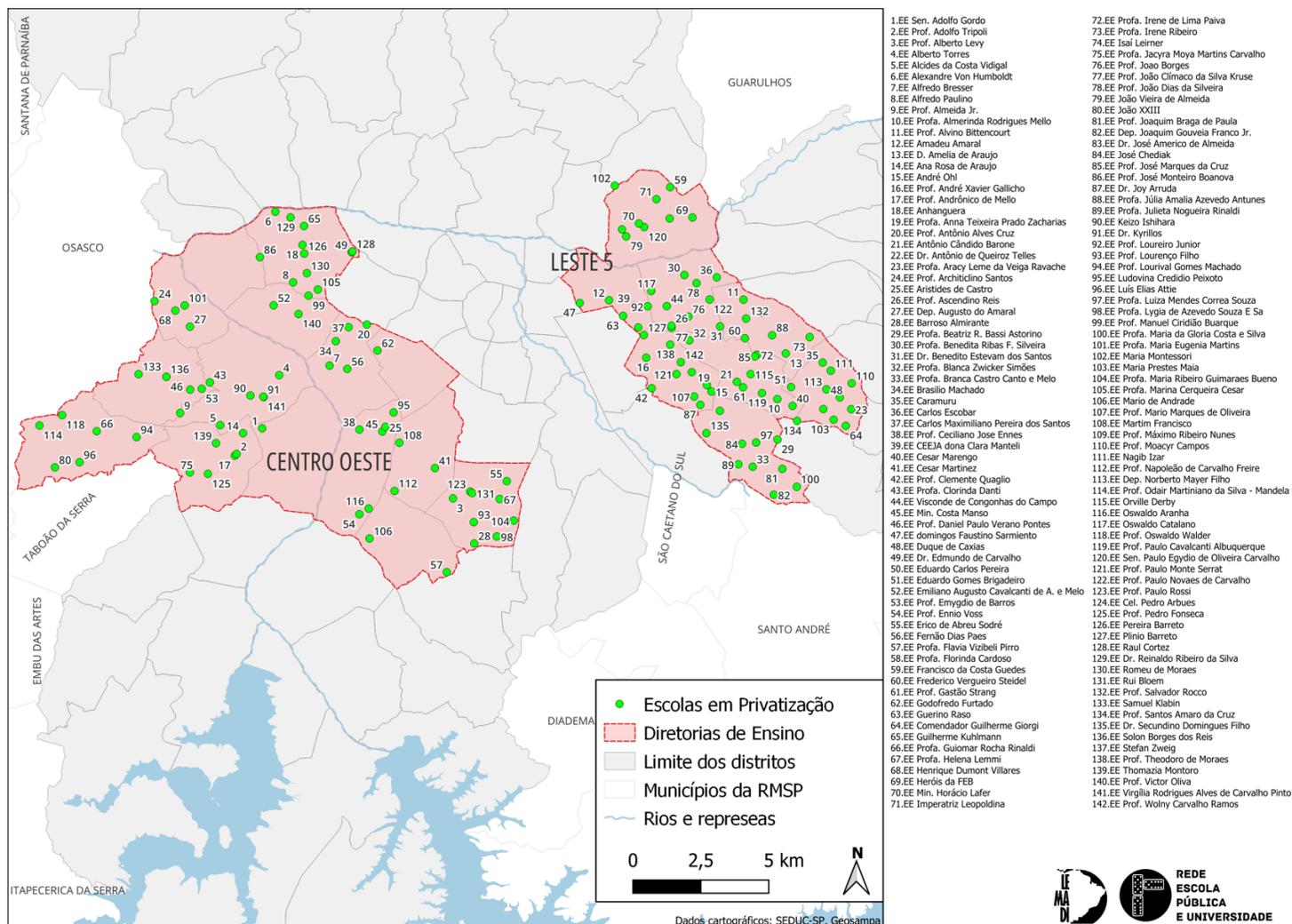
DIRETORIA DE ENSINO LESTE 5

CEEJA Dona Clara Mantelli
EE Amadeu Amaral
EE André Ohl
EE Antônio Candido Barone
EE Brigadeiro Eduardo Gomes
EE Caramuru
EE Carlos Escobar
EE César Marengo
EE Comendador Guilherme Giorgi
EE Coronel Pedro Arbues
EE Deputado Joaquim Gouveia Franco Junior
EE Deputado Norberto Mayer Filho
EE Domingos Faustino Sarmiento
EE Dona Amélia de Araújo
EE Doutor Antônio de Queiroz Telles
EE Doutor Benedito Estevam dos Santos
EE Doutor Joy Arruda
EE Doutor Secundino Domingues Filho
EE Duque de Caxias
EE Eduardo Carlos Pereira
EE Francisco da Costa Guedes
EE Frederico Vergueiro Steidel
EE Guerino Raso
EE Heróis da FEB
EE Imperatriz Leopoldina
EE Isaí Leirner
EE João Vieira de Almeida
EE José Chediak
EE Maria Montessori
EE Maria Prestes Maia
EE Ministro Horácio Lafer
EE Nagib Izar
EE Orville Derby
EE Oswaldo Catalano
EE Plínio Barreto
EE Professor Alvino Bittencourt
EE Professor André Xavier Gallicho

EE Professor Ascendino Reis
EE Professor Clemente Quaglio
EE Professor Gastão Strang
EE Professor João Borges
EE Professor João Clímaco da Silva Kruse
EE Professor João Dias da Silveira
EE Professor Joaquim Braga de Paula
EE Professor José Marques da Cruz
EE Professor Loureiro Junior
EE Professor Mário Marques de Oliveira
EE Professor Máximo Ribeiro Nunes
EE Professor Moacyr Campos
EE Professor Paulo Cavalcanti Albuquerque
EE Professor Paulo Monte Serrat
EE Professor Paulo Novaes de Carvalho
EE Professor Salvador Rocco
EE Professor Santos Amaro da Cruz
EE Professor Theodoro de Moraes
EE Professor Wolny Carvalho Ramos
EE Professora Almerinda Rodrigues Mello
EE Professora Anna Teixeira Prado Zacharias
EE Professora Aracy Leme da Veiga Ravache
EE Professora Beatriz do Rosário Bassi Astorino
EE Professora Benedita Ribas F. Silveira
EE Professora Blanca Zwicker Simões
EE Professora Branca Castro Canto e Melo
EE Professora Florinda Cardoso
EE Professora Irene de Lima Paiva
EE Professora Irene Ribeiro
EE Professora Júlia Amália Azevedo Antunes
EE Professora Julieta Nogueira Rinaldi
EE Professora Luiza Mendes Correa Souza
EE Professora Maria da Glória Costa e Silva
EE Senador Paulo Egydio de Oliveira Carvalho
EE Stefan Zweig
EE Visconde de Congonhas do Campo

DIRETORIA DE ENSINO LESTE 5 (ESCOLAS NÃO INCLUÍDAS)

EE Erasmo Braga
EE Jaime Cortesão
EE Júlio Maia



Mapa 8 – Localização das 142 unidades indicadas no projeto de PPP da Seduc-SP

Fonte: Lemadi/DG/USP / REPU, com base na lista das escolas divulgada pelo governo de São Paulo.